



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

**74ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CNDI**

Resumo Executivo

<b>Tipo de Reunião do Conselho</b>	<i>Reunião Ordinária N. 74</i>
<b>Data de realização</b>	<i>26 de fevereiro de 2015</i>
<b>Horário (início e término)</b>	<i>10:00 – 17:30</i>
<b>Local de realização Reunião</b>	<i>SDH/PR 8º andar</i>
<b>Coordenação da atividade/Presidente</b>	<i>Sandra Maria Ferreira de Souza</i>
<b>Lista dos Presentes – Total: (32) Conselheiros Total: (4) Convidados/Visitantes</b>	Com conferência do <i>Quórum</i>
<b>Governo – (12) Nº Conselheiros <u>NOMES</u></b>	<b>Sociedade Civil – (12) Nº Conselheiros. <u>NOMES</u></b>
1. Paulo Roberto M. Maldos (Vice-Presidente do CNDI e Secretário do SNPDDH) 2. Antônio Lídio de M. Zambon – MEC 3. Evandro Macedo – MPOG 4. Maria Cristina C. Hoffmann – MS 5. Camila Salvador Cipriano – MDS 6. Renan Alves Viana Aragão – MDS 7. Rogério Nagamine Costanzi - MPS 8. Emanuel de Araújo Dantas – MPS 9. Maria Cristianna B. Carneiro – MTE 10. Carlos Fernando G. Cuenca – MRE 11. Ana Elenara da Silva Pintos – MTUR 12. Luciana Gill Barbosa – MCID	13. Sandra Maria Ferreira de Souza (AMPID e Presidência do CNDI) 14. Luiz Legnani – COBAP 15. Maria Clotilde B.N.M. de Carvalho – SESC 16. Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI 17. Crismédio Neto – PPI 18. Marília Celina Felício Fragoso – ANG 19. Sandra Rabello de Frias – SBGG 20. Freddy Alejandro S. Antunes – ANADEP 21. Maria Leitão Bessa – ABRAZ 22. Valdenora C. Rodrigues – MORHAN 23. Bahij Amin Aur – OAB 24. Maria Lúcia Santos de Moura – CONTAG
<b>Estrutura Gov.</b>	<b>Visitantes/convidados Governamentais</b>

Ana Lúcia da Silva (Coordenadora CNDI)	25. Neusa Muller (Coord. Política do Idoso)
Claudia Americano Dolabella (Assessoria)	26. Thiago Almeida Garcia – (Assessor Gabinete SNPDDH-PR)
Simone Darc da Silva (Apoio)	27. Jefferson Aparecido Dias – (PFDC – MPF)
Valéria Sperandio Rangel (CNDI)	28. Raquel Ribeiro - (MPF)

### **Expediente:**

#### **A Presidente do CNDI Dr<sup>a</sup> Sandra Maria Ferreira de Souza:**

Inicia a Reunião cumprimentando aos presentes, faz a abertura dos trabalhos do dia indicando a 74<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNDI.

Em cumprimento ao Regimento, a Presidente do CNDI convida a tomar assento a Conselheira Maria Leitão Bessa, representante da ABRAZ – Associação Brasileira de Alzheimer, para auxiliar a presidência nos trabalhos desta 74<sup>a</sup> Reunião Ordinária.

Após distribuição e leitura do Resumo Executivo da Reunião Ordinária número 73, foi aprovado por unanimidade.

### **Informações:**

#### **A Presidente do CNDI Sandra Maria Ferreira de Souza:** Passou então aos informes:

Começou apresentando o Quadro Evolutivo 2011, 2012, 2013 e 2014 da Arrecadação do Fundo Nacional do Idoso, distribuído para os Conselheiros. Informa que finalizou 2014, com um saldo de 15.678.647,38 (Quinze Milhões, Setecentos e Setenta e Oito Mil, Seiscentos e Quarenta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos).

**O Conselheiro Antônio Lídio Zambon, Representante do Ministério da Educação – MEC,** menciona que como já foi dito, deve-se aguardar a questão Orçamentária para ver o total ou o que será disponibilizado e poderá ser utilizado nesse exercício, pois talvez não seja liberado o total.

**Ana Lúcia da Silva - Coordenadora-Geral do CNDI,** esclarece que desse recurso arrecadado, o valor que a Secretaria estará autorizada a empenhar do montante depende da aprovação que está no Congresso Nacional, então neste momento se tem uma indicação de 12 (doze) milhões que pode ser comprometido neste ano, sendo este um valor bem considerável.

#### **Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI:**

Apresenta e dá as boas vindas ao Secretario Paulo Roberto Martins Maldos, que assumiu recentemente a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNPDDH) mencionando o fato de ele ser o Vice-presidente no Conselho Nacional dos

Direitos do Idoso e informa que a partir de uma conversa informal, foi falado sobre os trabalhos do CNDI, expondo as ações atuais.

**Palavra do Secretario Paulo Roberto Martins Maldos – Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNPDDH):**

Cumprimenta aos presentes, menciona a satisfação em poder participar da Reunião e conhecer este Conselho, fala da extrema relevância das atividades que vem sendo desenvolvidas pelo CNDI, da extrema relevância das atividades que vem sendo desenvolvida pelo CNDI, tanto na parte da Sociedade Civil como da parte do Governo.

Expressa sua intensão de trazer contribuições da melhor forma possível e fala da dimensão que agrega tantas dimensões do Conselho do Idoso, sinalizando que é um desafio novo, mas que pretende aprender com os Conselheiros, oferecendo a melhor colaboração que puder.

**Decisões sobre cada item da pauta:**

**1- Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI**, aborda sobre a indicação dos representantes para a composição do Comitê da organização para as Conferências Conjuntas. Em 30 de dezembro foi publicado a Portaria da Ministra regulamentando a composição da Conferência e o Comitê Executivo, há o ofício solicitando a representação deste Conselho no Comitê Executivo que irá organizar a Conferência. Informa sobre os Conselheiros que se disponibilizaram a participar, sendo eles os Conselheiros Luiz Legñani – COBAP e Epitácio Luiz Epaminondas (Luizão) – SINTAPI, que estarão a frente do Comitê Organizador e que através deles, serão repassadas as deliberações tomadas nas reuniões, para que o CNDI e Conselheiros conheçam esse novo perfil da Conferência, sendo necessário um acompanhamento mais próximo para repassar aos respectivos estados, que aguardam ansiosos por estas orientações.

**2-** Foi realizada a composição da Comissão Eleitoral, para realização do processo eleitoral para preenchimento da vaga que é destinada aos “Empregadores” no Regimento Interno do Conselho. A Comissão Eleitoral que realizará o Edital e as habilitações das entidades proponentes será composta da seguinte forma: Sandra Maria Ferreira de Souza, a Presidência, a Maria Clotilde de Carvalho – Representante do SESC, Dr.Freddy Alejandro Antunes – Representante da ANADEP, Maria Cristina Hoffmann – Representante do MS, e a Luciana Gill – Representante do M.CIDADES.

**3- Ana Lúcia da Silva - Coordenadora-Geral do CNDI**, informa que o passo a passo será a partir da publicação da resolução constituindo essa Comissão Eleitoral e abrindo prazo para

que as Instituições possam fazer o seu requerimento o. É necessário que a Comissão Eleitoral se reúna para proceder a esse passo a passo. Será no mesmo formato feito em agosto de 2014 e efetivado na primeira semana de outubro de 2014. Seguirá o mesmo processo, sendo que nessa eleição irá habilitar uma Entidade ao invés de habilitar 14 (quatorze). Ressaltando que os prazos são regulamentados e precisam ser cumpridos.

**4- Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI** faz esclarecimentos sobre o ocorrido na última eleição deste CNDI, relatando que em agosto foi feito o edital e que não ocorreu habilitação para essa vaga de “Empregadores”, não houve interesse de entidades. Em razão desta experiência, chegou-se ao entendimento para criação também de uma Comissão de Sensibilização que teria a finalidade de conversar com essas entidades para sensibilizá-las e despertá-las a se candidatar e a concorrer a habilitação para essa vaga. Somente publicando o edital poderia incorrer na mesma situação que aconteceu em agosto, ninguém se habilitar e não preencher a vaga. Esta Comissão de Sensibilização após definição, será composta pelas Conselheiras: Sandra Rabello de Frias – Representante da SBGG e Maria Leitão Bessa – Representante da ABRAZ. Essas duas Conselheiras farão o trabalho de convencimento e a Comissão está aberta ainda para composição, se houver interesse, disponibilidade e algum Conselheiro dispuserem a contribuir será muito bem vindo a esta Comissão. Então se abriu novamente espaço para que se mais alguém quisesse se integrar a Comissão se pronunciasse, pois o CNDI não está paritário, ele tem 13 integrantes da Sociedade Civil e 14 Governamentais.

**5- Conselheira Sandra Rabello de Frias – Representante da SBGG**, solicita a Ana Lúcia – Coordenadora do CNDI para encaminhar os contatos das representações patronais para que se tenha logo a possibilidade de avançar nessa sensibilização.

Composição da comissão de visita as Entidades representativas da Educação:

**6- Conselheiro Bahij Amin Aur – Representante da OAB**, relata que sobre a questão da composição da Comissão de Visita as Entidades representativas da Educação, para implementação do Art. 22 do Estatuto do Idoso, que trocou ideia com outros Conselheiros no sentido de ter objetivo real ao que se pretende em relação a sensibilização e não apenas realizar visitas que podem ou não ocorrer, o importante será propiciar uma oportunidade de debate de forma que os atores envolvidos se aproprie do que consta no Estatuto. Sugere que haja atuação junto as Entidades tais como: MEC, pelas suas Secretarias que dizem respeito ao assunto e desenvolvimento de temas nos Currículos dos cursos dos vários níveis de ensino, por exemplo, a SASE - Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, SESU - Secretaria de Educação Superior, SEB - Secretaria de Educação Básica, SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, CNE - Conselho Nacional de Educação,

O Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, CONSED – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação, UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação, UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. A estratégia inicial seria de elaborar um Ofício para cada uma dessas Instituições, adequando aos objetivos e finalidades de cada uma delas, argumentando sobre a necessidade e que já está prevista no Estatuto do Idoso em seu Artigo 22, em várias diretrizes nacionais, mas que falta a implementação das medidas para as diretrizes operacionais ou medidas práticas de aplicação real nas escolas. Nos Ofícios poderiam incluir também um convite para que participem da Reunião do Conselho ou que permitam aos Conselheiros participar dos seus eventos/reuniões para a exposição mais detalhada do assunto.

**Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI**, fez a contextualização para os demais Conselheiros, qual a finalidade da Comissão. Que as grades curriculares nas escolas, conste a questão do Envelhecimento. A partir da Educação, começando nas escolas é que se deve tratar a questão da Pessoa Idosa, trabalhar o respeito e a dignidade do Idoso. O Conselheiro Antônio Lídio – MEC, foi um dos que sugeriu esta Comissão.

**Conselheiro Antônio Lídio Zambon, Representante do Ministério da Educação – MEC:**

Expõe que a CONAE – Conferência Nacional de Educação, tinha diversos pedidos para a inclusão na grade curricular, mas em seguida alguns parlamentares enviam projetos de Lei ao Ministério pedindo que se incluam determinados temas na grade curricular, porém, atender a grade curricular seria algo interminável e não se trabalham nessa linha de inclusão na grade curricular e sim trabalham os temas como temas transversais, com a importância que todos eles merecem. Foi a partir desse diálogo, que foi colocado a necessidade de tratar com os sistemas de ensino, pois o MEC só tem atuação direta com os Institutos Federais e Universidades Federais. A partir disto que veio a sugestão.

Sugere ainda, que deveria chamar de Grupo de trabalho e não de Comissão, já que o Conselho tem as Comissões.

Apoia a fala do Conselheiro Amin – OAB, indicando que a sugestão é muito pertinente e que se posicionou muito bem. Reforça que deve entrar em contato de alguma forma com as Entidades. Indica que as orientações já existem nas diversas diretrizes para que a temática seja trabalhada, pois na base comum do MEC já foi colocada claramente sobre o Estatuto do Idoso, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, isso já está posto nos documentos do Ministério da Educação. O que precisa é trabalhar e sensibilizar para que de fato aconteça.

Encaminha que, poderia se tentar a formalização pela Presidenta ou um Ofício, informa que já citou no MEC que a **SASE** - Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, para fazer os planos Municipais e Estaduais de Educação já que foi aprovado o Plano Nacional,

então a SASE pode orientar, para que se inclua e assim os demais Instituições do ministério como a **SESU** - Secretaria de Educação Superior, **SEB** - Secretaria de Educação Básica, **SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, seria um reforço, para que os respectivos Secretários entrassem em contato com o Sistema, além dos Conselhos Municipais, Estaduais, os Dirigentes Municipais e Estaduais como foi citado. Dependendo da recepção, no momento oportuno que tiver uma reunião do **CONSED**, que estarão os Secretários e Dirigentes de todos os Estados e se eles permitirem um espaço, o Grupo do Conselho se apresentará, fará uma exposição de forma detalhada a referência contida no Estatuto do Idoso, com o propósito de estreitar o diálogo entre as partes.

**Conselheira Marília Celina Felício Fragoso – Representante da ANG, indica que se predispõe a participar da Comissão ou Grupo de Trabalho, reforça que ao fazer o contato, marcar uma data para voltar, que os Conselheiros devem ter uma ação mais pontual, insistir, articular e marcar um retorno para ver o que efetivou, porque senão não irá acontecer.**

**Neusa Pivatto Muller – Coordenadora Geral das Políticas do Idoso - refere-se a duas questões importantes, a acrescentar nesse documento. Na III Conferência Intergovernamental ocorrida na Costa Rica, foi elaborada a Carta de São José. O Brasil contribuiu com cinco instruções neste Processo. E um deles é justamente a inserção da temática do Envelhecimento e a Educação Infantil. Quando se vai elaborar este documento é importante que se consubstancie acrescentando esta questão e no Plano Nacional de Educação aprovado no ano passado (2014) apesar de não ter sido aceita a emenda elaborada pela SDH para inserção, existe uma menção que não é específica sobre esta questão, mas cita e seria importante que constasse, pois está no Plano Nacional de Educação de uma forma secundária, mas está. A título de norteamo de processo.**

**Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI, informa que como foi sugerido pelo Conselheiro Antônio Lídio – MEC, institui um Grupo de Trabalho (GT) para implementação do Artigo 22 do Estatuto do Idoso, ao invés de uma Comissão.**

Menciona sobre a proposta da Conselheira Marília Fragoso – da ANG, de após participar da reunião, retornar para acompanhar os resultados e avanços. Sugere ainda fazer uso dos documentos que a Coordenadora Neusa apontou, inclusive da experiência que ela trás da Costa Rica.

Enunciou sobre a disponibilidade dos Conselheiros para integrarem ao Grupo de Trabalho – GT, citando os nomes daqueles que já o compõe:

Marília C. Felício Fragoso – Representante da ANG

Sandra Rabello de Frias - Representante da SBGG,

Ana Elenara da Silva Pintos - Representante do MESPORTE,  
Valdenora C. Rodrigues - Representante do MOHRAN,  
Maria Lúcia Santos de Moura – Representante da CONTAG

**Conselheiro Bahij Amin Aur – Representante da OAB, encaminha que** em relação ao GT e seus integrantes com as residências dispersas, deveria montar uma relação da composição do Grupo com os respectivos e-mails e distribuir. O Conselheiro Antônio Lídio poderia começar com a troca virtual de questões e minuta dos ofícios, até mesmo pela experiência dentro do Ministério, e teria a participação de todos. Na próxima reunião já estaria tudo encaminhado ou até pronto e a Presidente poderia apreciar os ofícios e assiná-los para serem enviados. O Conselheiro propõe o início já do trabalho de troca e intercâmbio virtual, se os demais do GT concordarem.

**7- Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI,** informa que a Conselheira Sandra que compõe a Comissão de Articulação e Comunicação vai criar uma página do *FACEBOOK do CNDI*, para que possamos estar divulgando as ações, e o CNDI em breve estará nas redes sociais.

**8- Ana Lúcia da Silva – Coordenadora Geral do CNDI,** repassa os pontos acertados acerca da **logomarca** dizendo que a Coordenação Geral do CNDI vai receber da Comissão de Articulação e Comunicação de Conselhos um pedido de retomada do processo acerca do feito, desenho, layout design, da logomarca do Conselho Nacional do Idoso, hoje e como a maioria das pessoas idosas no Brasil são mulheres, gênero feminino, existe um debate dentro do método de organização de diversas entidades no sentido de incluir os gêneros e essa paralela de se discutir a mudança da nomenclatura no Estatuto do Idoso, e alterando o Estatuto mudará também em outros locais. Deveria chegar ao mesmo tempo nos locais mas se não chegar, se encaminhará aquele que ficar pronto primeiro.

**9- Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI:** faz o informe sobre a Emenda ao Orçamento da União: Abertura da Consulta Pública para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016. Foi recebido o Ofício do Secretário Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, informando a Abertura da Consulta Pública sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 e que o prazo é até o dia 04 de março de 2015, podendo participar através do endereço eletrônico [www.participa.br/monitoramento](http://www.participa.br/monitoramento), eles solicitam ao Conselho que possam participar junto com a Sociedade Civil que tenham interesse e as resoluções desse Colegiado, inclusive das Conferências Nacionais.

**10-** Cita o Desdobramento da Convenção Internacional, que é uma relatoria do Ministério das

Relações Exteriores – MRE foi passada a palavra para o Conselheiro Carlos Fernando Cuenca, que fez toda a abordagem e apresentação sobre assunto.

**11- Sobre o Levantamento de Projetos de leis, tramitação, referente a Temática da Pessoa Idosa,**

**Neusa Pivatto Muller – Coordenadora Geral das Políticas do Idoso**, expõe sobre os projetos tanto da Câmara quanto do Senado, e que nesses últimos três anos há uma demanda no Congresso Nacional extremamente importante, mas que também demanda tempo da própria Secretaria para acompanhamento. Hoje há cerca de 140 (cento e quarenta projetos) no Congresso, tanto Senado quanto Câmara. Esta relação está hoje disponível e no momento a preocupação deve se dirigir a dois PL, um é a questão da unificação das datas das Eleições dos Conselhos e o outro que é o Código Penal que já está no processo de tramitação terminativa, ou seja, resta pouco a fazer, mas ainda podemos fazer.

Menciona a necessidade de um tensionamento junto ao Senado para manutenção dos direitos conquistados no Estatuto do Idoso. É um problema bastante grave, a questão é uma perda, é muito importante que o Conselho se manifeste. O CNDI tem um papel primordial, fundamental nestas questões. A Sr<sup>a</sup> Neusa informa ainda que em conversa com a Diretora na área de Assessoria Internacional ela sugeriu que se fizesse por escrito, um apelo ao Senado. É importante formalizar isso e entregar para os Senadores. Esta seria uma forma de tensionamento para além de estar presente, e fazer articulações com os Senadores que ainda tem alguma sensibilidade quanto a causa.

**12- Quanto a Unificação das datas para a Eleição dos Conselhos**, a Coordenação aguarda manifestação e posicionamento do CNDI para a elaboração de parecer. A SDH por hora, a não ser que se discuta de outra forma, e outros Conselhos já se manifestaram favorável. O parecer precisa ser elaborado para retornar a Assessoria e para orientação no sentido de saber qual é o desejo do Conselho Nacional e da SDH em relação ao tema da unificação das datas.

Informa sobre a existência desses dois Projetos de Leis transitando e que demandam um posicionamento do Conselho.

Caso haja necessidade de mais informações, todos os dados estão sistematizados e podem ser repassados, é interessante que se tenha uma complementação da informação.

**Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI**, ressalta a importância do CNDI se posicionar e ter a obrigação de fazer esse trabalho. Conclama a todos os Conselheiros que tem contato no Senado, para fazerem o trabalho de sensibilização acerca dos PLs. A Comissão de Justiça e Cidadania que está com esse projeto, verificar a possibilidade de

fazer esse contato para reverter o objeto, porque foi uma luta árdua a garantia dos direitos no Estatuto e agora não pode haver retrocesso.

**13- Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI**, encaminha a Proposta de formalizar um documento se for o caso, fazer a entrega pessoalmente, ter uma conversa do Conselho. Houve adesão a proposta, decidindo fazer então da forma sugerida.

**14- Neusa Muller – Coordenadora Geral do Política do Idoso**, indica que houve uma citação com relação ao Código Penal, mas lembra que tem o outro PL e precisa responder que é a Unificação das datas e que a SDH, precisa que o CNDI se manifeste formalmente, se posicionando quanto a postura contrária ou não nesse processo.

**15- Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI**, solicita aos conselheiros que se posicionem se há alguma objeção ou se existe alguma observação que este Colegiado queira fazer, sobre esta proposta da Unificação das Datas para Eleição nos Conselhos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e o CNDI tenham a mesma data, que comecem uma gestão todos juntos.

**Conselheira Marília Felício Fragoso – Representante da ANG**, expõe que deve ser consultados os demais Conselhos acerca dessa decisão e o prazo imposto é muito curto.

**Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas (Luizão) – Representante do SINTAPI** faz a sugestão de que sejam enviados e-mail aos Conselhos Estaduais e estes aos Municipais informando a necessidade da participação célere dos Conselhos nesta decisão.

**Conselheira Sandra Rabello – Representante da SBGG** sugere que seja disponibilizado no site da SDH, ouvir os Conselhos para viabilizar as respostas,

**Conselheiro Antônio Lídio – Representante do MEC**, ressalta que só a página da SDH não é suficiente, pois nem todos acessam a internet, o aconselhável é ligar e enviar e-mail, o prazo é exíguo, contato telefônico e por e-mail seria mais rápido. O CNDI não tomará uma postura por si só, mas terá o apoio de quem se pronunciar.

Os Conselheiros decidiram consultar os conselhos para ter uma posição, informa que muitos dos conselhos não têm conhecimento do conteúdo, então deveria enviar um resumo de toda a questão para coloca-los a parte, considerando o prazo exíguo também recebido pelo CNDI. Os Conselhos Estaduais terão o encargo de consultar os Municípios.

**16- Conselheira Maria Cristina Hoffmann – Representante do MS:** Comunica que o

Ministério da Saúde (MS) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), realizará um levantamento censitário em todas as Instituições de Longa Permanência cadastradas e que fizeram parte do censo SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Este levantamento tem por objetivo conhecer, coletar informações gerais sobre as Instituições de Longa Permanência. Participarão aproximadamente 1.400 Instituições de Longa Permanência que fazem parte do Cadastro SUAS, esse levantamento e pesquisa terá informações sobre as Instituições (suas condições atuais, como funcionam, quais as ações, qual equipe, informação geral). Uma parte do estudo será por amostragem com os residentes, com as pessoas que estão morando nessas Instituições de Longa Permanência. Esse estudo será conduzido pela Faculdade de Medicina da USP, juntamente com pesquisadores renomados e consultores. A Conselheira Cristina Hoffmann em conversa com os pesquisadores indicou que seria interessante fazer uma apresentação do Estudo ao Conselho de Ética, ao Conselho Nacional da Pessoa Idosa, ao Conselho Nacional de Saúde, que tem uma Comissão Intersetorial da Saúde da Pessoa Idosa, no Conselho Nacional de Assistência Social, ou seja, em todos esses grandes conselhos de instituições, onde o Ministério da Saúde tem assento e representação, para que estas Instituições manifestassem apoio da importância que é realizar um estudo dessa natureza nessas Instituições. A Conselheira explicou ainda que há necessidade de apoiar e reforçar sobre a importância de o Governo investir em pesquisa ou estudos que realmente vão trazer informações e contribuirão para as políticas Sociais. Esclarece que é preciso reordenar e ver como as Instituições existentes têm seu funcionamento e principalmente fazer esta articulação, essa aproximação entre os dois sistemas de Saúde e da Assistência Social. Diante do exposto, é indispensável que o CNDI se manifeste (dizendo que estas Instituições que tratam dessa temática consideram que é de extrema importância este levantamento), porque essas cartas serão anexadas a todo o processo que será encaminhado ao CONEP<sup>1</sup> - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, para o Conselho de Ética. Esclarece que é interessante que se consiga mobilizar as Instituições ligadas a temática, Conselhos, pois quanto mais movimento de adesão para apoiar, impulsionará o suporte e para melhorar o levantamento. Por fim, incentiva o CNDI para que escreva uma carta apontando a importância da pesquisa e o apoio, considerando a pesquisa, o levantamento de extrema relevância.

**17- Neusa Pivatto Müller - Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso:** Participa que o Brasil irá sediar o Seminário Internacional sobre “Bom Trato”. É um Seminário do MERCOSUL, então a Presidência Pró-tempore ela migra de um país para o outro e de ano a

---

<sup>1</sup> A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ela foi criada pela Resolução do CNS 196/96 como uma instância colegiada, de natureza consultiva, educativa e formuladora de diretrizes e estratégias no âmbito do Conselho. Cabe a CONEP avaliar e acompanhar os protocolos de pesquisa em áreas temáticas.

ano e será o Brasil a presidir a Reunião de Altas Autoridades este ano. As atividades que ocorrerão em maio vêm sendo discutidas já com 12 (doze) Ministérios. O formato do evento acontece no primeiro dia com o seminário, no dia seguinte com a reunião das Comissões.

As Comissões e o grande plenário são o formato da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RADDHH) e o que se definiu na última reunião, foram três demandas: a Argentina e Uruguai se responsabilizaram pela sistematização da proposta de uma matriz referencial no MERCOSUL para Curso de Cuidados para as Pessoas Idosas, o Chile e o Brasil se propuseram a realizar a Apresentação e Sistemáticas de Atenção a Pessoa Idosa em Situação de Risco e para Situação de Riscos e Desastres.

Informa ainda que este ano não ocorrerá o Encontro Nacional de Promotores, Defensores, Delegados e Conselheiros, em substituição haverá o Encontro Internacional sobre “Bom Trato”. Participa ainda que foi enviado o último Relatório atualizado do Código Penal, com as emendas propostas em setembro de 2013, depois em outubro de 2014 e não foram acolhidas, mas servem de argumento para discussão e elaboração do termo e tem o PL sobre a unificação das datas, conforme solicitado, contendo o necessário para se elaborar o processo de consulta.

Indica a participação dos integrantes do Conselho Nacional – CNDI no Seminário Internacional, como ainda faltam dois meses a tempo de analisarem as agendas e a possibilidade de participarem. Esclarece que não contam com recurso disponibilizado para passagens. O que está sendo negociando com a Gestão é o fornecimento de alimentação e hospedagem.

**O Conselheiro Dr. Freddy Alejandro – ANDEP se predispôs a participar** e a Presidente do CNDI, Dr<sup>a</sup> Sandra Maria, estudará a possibilidade da vinda ao evento.

**18-** Foram feitas algumas abordagens e colocações pelas Conselheiras: Marília C. F. Fragoso – ANG e Maria Clotilde B.N.M. Carvalho – SESC. Em seguida a Sr<sup>a</sup> Ana Lucia – Coordenadora do CNDI fez as explicações e consideração sobre o CNDI até o momento não ter adotado uma Logomarca.

A Presidente do CNDI, Sandra indica ser absolutamente pertinente que se retome a questão da logomarca do CNDI. Aborda o ocorrido no Estado do Espírito Santo, tendo o Conselho enfrentado questão semelhante a do CNDI, em que se tratando dos Conselhos estarem dentro das Secretarias prevalecia a logomarca da Secretaria. Hoje embora continue dentro da Secretaria, o Conselho tem uma logomarca, não há uma secretaria específica, mas todos os Conselhos têm sua marca. A Presidente ressalta ainda que muito se discute sobre a

autonomia dos Conselhos, então precisa dar personalidade ao CNDI para que ele tenha visibilidade. Analisa que isto não impede que uma correspondência ou qualquer outra eventualidade da Secretaria contenha a sua logomarca, mas o CNDI deverá ter a identidade.

**19- Conselheira Sandra Rabello de Frias – Representante da SBGG:** Lembra que no Dia 08 de março é comemorado o Dia Internacional da Mulher como o envelhecimento é de gênero, caberia ao CNDI colocar uma carta ou um comunicado reforçando a valorização da mulher que passa ou passou por tantas violências e está aí na luta e ainda vive mais, é pertinente que o CNDI marque esta data.

**Sandra Maria Ferreira de Souza - Presidente do CNDI:** Menciona a importância da data e indica a Comissão de Comunicação para ver a possibilidade de fazer esta mensagem em nome do CNDI.

### **Atividades Deliberadas, a partir da reunião:**

- 1) Indicação dos representantes para a composição do Comitê da organização para as Conferências Conjuntas, sendo eles os Conselheiros Luiz Legñani – COBAP e Eptácio Luiz Epaminondas (Luizão) – SINTAPI, que estarão a frente do Comitê Organizador.
- 2) Realizada a composição da Comissão Eleitoral, para habilitação a vaga destinada aos “Empregadores” a fim de terem assento no CNDI. Sendo composta da seguinte forma: a Presidência, a Maria Clotilde de Carvalho – Representante do SESC, Dr. Freddy Alejandro Antunes – Representante da ANADEP, Maria Cristina Hoffmann – Representante do MS, e a Luciana Gill Barbosa – Representante do M.CIDADES .
- 3) Entendimento para criação de uma Comissão de Sensibilização que tem por finalidade conversar com essas entidades para sensibilizá-las e despertá-las a se candidatar e a concorrer, se habilitando para esta vaga no CNDI. Será composta pelas Conselheiras: Sandra Rabello de Frias – Representante da SBGG e Maria Leitão Bessa – Representante da ABRAZ.
- 4) A Conselheira Sandra Rabello – SBGG, solicita que seja encaminhado para que as Conselheiras integrante da Comissão, os contatos das representações patronais para tenham logo a possibilidade de avançar nessa sensibilização.
- 5) Como já relato anteriormente sobre a questão da composição da Comissão que fará a visita as Entidades representativas da Educação, deve se tentar a formalização via Ofício, informando que já foi mencionado no MEC que a SASE - Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, pode orientar para que se inclua a Temática nas grades curriculares das Escolas, a temática do Envelhecimento nos Planos Municipais e Estaduais de Educação, assim os demais Instituições do Ministério.

Deliberação encaminhamento: Elaborar um Ofício para cada uma dessas Instituições, adequando aos objetivos e finalidades de cada uma delas, argumentando sobre a necessidade e que já está prevista em lei, no Estatuto do Idoso, no Artigo 22, em várias diretrizes nacionais, mas falta a implementação e solicita então as medidas para as diretrizes operacionais ou medidas práticas de aplicação real nas escolas. Nos Ofícios poderiam ainda incluir um convite para que participem da Reunião do Conselho ou que permitam aos Conselheiros do CNDI se integrarem nos seus encontros para a exposição mais detalhada do assunto.

Quando da elaboração este documento é importante que se consubstancie acrescentando esta questão que no Plano Nacional de Educação aprovado no ano passado (2014) apesar de não terem aceitado a emenda elaborada pela SDH para inserção, existe uma menção que não é específica sobre esta questão, mas cita e seria importante que constasse. Está no Plano Nacional de Educação de uma forma secundária, mas consta.

Composição de um Grupo de Trabalho para visitar as Entidades representativas da Educação, para implementação do Artigo 22 do Estatuto do Idoso, que fala sobre esta questão. Integrantes do Grupo de Trabalho (GT):

Marília C. Felício Fragoso – Representante da ANG

Sandra Rabello de Frias - Representante da SBGG,

Ana Elenara da Silva Pintos - Representante do MESPORTE,

Valdenora C. Rodrigues - Representante do MOHRAN,

Maria Lúcia Santos de Moura – Representante da CONTAG

O Conselheiro Amin – OAB sugere que os integrantes do GT pelo fato de residirem em Estados diferentes poderiam começar os trabalhos com a troca de e-mails. O Conselheiro Antônio Lídio poderia começar com a troca virtual de questões e minuta dos ofícios, até mesmo pela experiência dentro do MEC, e todos participariam. Na próxima reunião poderia ter tudo pronto ou até antes e a Presidente faria a apreciação dos ofícios e já assinaria para serem enviados.

6) Criação de uma página no *FACEBOOK* para o CNDI, para que possa divulgar as ações da temática da Pessoa Idosa, pela Conselheira Sandra que compõe a Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social.

7) Unificação das datas para a Eleição dos Conselhos, a Coordenação de Políticas do Idoso aguarda manifestação do Conselho para a elaboração de parecer e encaminhamento a Assessoria. Encaminhamento:

O CNDI optou consultar os conselhos para ter uma posição democrática, muitos dos conselhos não tem conhecimento do conteúdo, então deveria enviar um resumo de toda a questão para coloca-los a parte, considerando o prazo exíguo também

recebido pelo CNDI. Os Conselhos Estaduais terão o encargo de consultar os Municípios.

- 8) Sobre os dois Projetos de Leis de interesse da temática do idoso transitando e que demandam um posicionamento do Conselho: - Caso haja necessidade de mais informações, todos os dados estão sistematizados e podem ser repassados pela Neusa Muller – CGPD/SNPDDH, pois é interessante que se tenha uma complementação da informação.
- 9) A Presidente Sandra Maria ressalta a importância do CNDI se posicionar e ter a obrigação de fazer esse trabalho. Conclama a todos os Conselheiros que tem contato no Senado, para fazerem o trabalho de sensibilização acerca dos PLs. A Comissão de Justiça e Cidadania que está com esse projeto, que se possa fazer esse contato para reverter, porque foi uma luta árdua a garantia dos direitos no Estatuto.
- 10) Nota Técnica para o TCU elaborada pelo Jefferson Aparecido Dias – (PFDC – MPF):  
Deverá ser encaminhada a Nota Técnica para a Ministra Ideli Salvatti, a partir daí, fará à análise da possibilidade de uma conversa em visita ao TCU, através de uma Comissão ou algum Grupo, o Conselho já havia deliberado sobre esta questão. O Acórdão é abrangente, cabendo então a Ministra tomar as providências que ela entender cabíveis.  
O Conselheiro Antônio Lídio Zambon – Representante do MEC, sugere ainda que poderia ser feita uma exposição a Ministra de modo a sensibilizá-la e dessa forma ela possa intervir junto ao TCU. No caso da presença da Ministra na Reunião junto ao TCU, um grupo do CNDI estaria presente, como suporte. Se ela não puder ir, que a visita seja feita pelos Conselheiros.
- 11) A Presidente do CNDI, Sandra Maria faz a explanação sobre a visita à Deputada Flávia Moraes, mencionando sobre as questões expostas e que já tem dois Projetos dela, independente de ouvir o Conselho. Aponta que a Deputada Flávia relatou que tratarão na Frente Parlamentar as questões dos Planos de Saúde e do Empréstimo Consignado. Como estão lá na pauta, não precisam incluir. Deve reforçar e dizer que é pertinente que essa discussão se faça na Câmara.
- 12) Relata sobre as questões das modalidades não asilares previstos na Política para as Pessoas Idosas, observa que o problema é em todos os Estados da Federação. Menciona ainda que somente construir as Instituições não resolve, pois até os Municípios poderiam construir, o problema é a manutenção. Esse é o ônus pesado e os Municípios não tem como absorver essa questão. O momento vislumbra a possibilidade de tirar do papel aquelas modalidades que já estão previstas há 19 anos e ainda hoje em poucos Municípios onde existem os Centros-dias criados, não funcionam como prevê a legislação. A Presidente observa que é uma questão

importante e relevante para abordar e levar a autoridade, pois havendo alguma alteração na legislação pode-se haver uma esperança de ver esses Centros-dias instalados nos Municípios, fazendo o devido atendimento as pessoas idosas e famílias. Ainda com a palavra, a Presidente Dr<sup>a</sup> Sandra solicita ao colegiado deliberar ou até sugerir outros temas, relacionar entre todos os temas o mais importante e priorizar, para apresentar a Deputada Flávia Morais.

- 13) Encaminhou-se que a Ana Lúcia – Como Coordenadora do CNDI, participe da Reunião com a Deputada Flávia Morais, representando o Conselho, levando estas questões. Registrar que numa próxima oportunidade, maior números de Conselheiros possam participar da Reunião com a Deputada Flávia Morais.
- 14) A Presidente Sandra Maria refere-se ao ponto de pauta sobre a definição de utilização dos recursos do Fundo Nacional do Idoso-FNI. Sobre os informes atualizando os Convênios referentes ao Edital, este ponto de pauta será discutido quando fizer a apresentação dos relatórios das comissões e a Comissão de Fundos fará a explanação.
- 15) De acordo com o relato da Conselheira Sandra Rabello – SBGG, ficou decidido que serão atualizados os cadastros dos Conselheiros Estaduais, que a todo o momento ficam desatualizados, pois ainda não há o mecanismo de atualização de forma geral ou a nível nacional e como está sendo proposta as eleições conjuntas, se aprovado, a atualização poderá ser toda feita na mesma época. O que acontece quando ocorre a mudança da Presidência dos Conselhos, os telefones, e-mails, e às vezes, o e-mail usado pelo Conselho é o e-mail pessoal do Presidente do Conselho e após deixar o cargo o e-mail segue com ele, o que acaba gerando dificuldade. Após consenso, foi disposto que será feito pela Conselheira Maria Leitão – ABRAZ, a atualização completa dos cadastros para ter uma comunicação efetiva com os Conselhos Estaduais, nesse movimento da Construção da Conferência Conjunta.
- 16) Falou ainda sobre a proposta para a Criação da Logomarca do CNDI, a maior parte dos Conselhos tem uma logo própria e o CNDI como Conselho Nacional ainda não possui a sua marca. Aponta que com a criação do FACEBOOK para o CNDI é importante o uso da logomarca para a caracterização e identificação.
- 17) Ana Lúcia– Coordenadora do CNDI, discorre acerca de priorizar a elaboração da Logomarca para a Conferência e material que será distribuído pelo Brasil como referência para a IV Conferência, deixando para outro momento a discussão sobre a questão da logomarca do CNDI.
- 18) A Presidente do CNDI, Sandra indica ser absolutamente pertinente que se retome a questão da logomarca do CNDI. O fato de ter a sua logomarca própria não caracteriza perda ou que o desvincule da SDH. Propõe a discussão e elaboração de

uma possível logomarca e depois agendar uma conversa com o Secretário Paulo Maldos (SNPDDH) para levar a proposta.

- 19) Ana Lúcia – Coordenadora do CNDI, repassa os pontos acertados acerca da logomarca dizendo que a Coordenação Geral do CNDI vai receber da Comissão de Articulação e Comunicação de Conselhos um pedido de retomada do processo acerca do desenho, layout design, da logomarca do Conselho Nacional do Idoso.  
Sandra Maria Ferreira – Presidente do CNDI confere como Aprovada a questão da Logomarca e das demais questões com a Comissão Permanente de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social.
- 20) O Conselheiro Evandro Macedo - MPOG fez a explanação de como estavam analisando a distribuição dos Delegados para a Conferência Nacional dos Direitos Humanos.
- 21) Complementando o assunto para a escolha desses Delegados por Estado, o Conselheiro Antônio Lídio – MEC, repassa que seria o mesmo critério para a escolha do Delegado para vir para a Conferência Nacional, como por exemplo, o critérios por idade. Tirariam 02 ou três que irão para a Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Nos Estados que ficarão com três Delegados, serão 02 (dois) da Sociedade Civil e 01 (um) Governamental. O que tiver 02 (dois) será 01 Sociedade Civil e 01 Governo. Foi definido o Coordenador e Vice Coordenador de cada Comissão, entendendo que o Coordenador da Comissão é membro nato da Comissão da Conferência, então é preciso atualizar o documento para os novos membros, apontando o Titular e vice.
- 22) A Conselheira Cristina Hoffmann – MS, fez esclarecimento sobre a pesquisa e levantamento nas ILPs e o quanto é interessante que se consiga mobilizar as Instituições ligadas a temática e Conselhos, pois quanto mais movimento de adesão para apoiar, impulsionará o suporte à pesquisa. Por fim, incentiva o CNDI para que se escreva uma carta apontando a importância da pesquisa e apoio a ação, considerando a pesquisa e o levantamento a ser realizado, de extrema relevância.
- 23) Sandra Maria - Presidente do CNDI: recomenda o apoio do CNDI à pesquisa realizada pelo MS e parceiros, mencionada pela Conselheira Maria Cristina Hoffmann, enfatizando a importância de o Conselho Nacional conhecer a realidade dessas ILPIs ainda mais sob o ponto de vista da Saúde. Após aprovação do encaminhamento, comunica que será elaborado e remetido um Ofício com a proposta de apoio ao Ministério da Saúde.
- 24) Neusa Muller – CGPI, informa que o Brasil irá sediar o Seminário Internacional sobre “Bom Trato” este ano, presidindo a Reunião de altas autoridades. Indica a participação dos integrantes do Conselho Nacional – CNDI, nesse Seminário

Internacional, assinala que como faltam ainda dois meses, há tempo para analisar a possibilidade de participarem. Esclarece que não contam com recurso disponibilizado para passagens. O que está sendo negociando com a Gestão é a possibilidade de fornecer alimentação e alojamento.

25) Sandra Maria - Presidente do CNDI: informa que o Conselheiro Freddy Alejandro – ANADEP se predispõe a participar do Seminário Internacional, e ela avaliará a possibilidade de estar também presente ao evento.

Encerramento: Sem mais nada a tratar no momento, encerra a Reunião.



**Presidência da República**  
**Secretaria de Direitos Humanos**  
**Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**  
**Conselho Nacional dos Direitos do Idoso**

Reunião Ordinária nº 74 - Data 26/02/2015

ENTIDADE	NOME	TELEFONE/FAX	E-MAIL	CELULAR
PRD/MPF	RADUET RIBEIRO	31055311	RADUET@MPF.MP.BR	91730592
PRD/MPF	JEFFERSON AD. DIAS	(41) 91183162	JEFFERSONDIAS@MPF.MP.BR	9410316
SITRARI/CUT	Carla Feinberg	11 31059205	carlafeinberg@gmail.com	11 97466408
SBGG	SANDRA RABELO DE FERIAS	01-23344100	sandrabello.vers@gmail.com	21-99777760
MDDG	Evandro Maccia	20204903	Evandro.maccia@gmail.com	99777760
OAB	BARTH PAVIN ROS	(11) 3862-8609	avvicciatelli@red.uol.com.br	(11) 992715301
ANADef	Fredy A. S. Jantunes	633218675	fredy@defensoria.br.gov.br	63 81222155
Mec	Antônio Lírio ZARBON	20229146	ANTONIOZARBON@ENC.GOV.BR	99440104
COBAR	LUIZ LEGNANI	48.91624301	LUIZLEG@HOTMAIL.COM	
Prof. da Pessoa Idosa	Trinivaldo Vieira Costa Neto	82-8810-0457	neto@uimsmedicoelegalmail.com	9915-1042
MTE	CRISTINA ARAUJO	8031-6566	CRISTINA.ARAUJO@MTE.GOV.BR	92985578
ME	Ana Elenora Pintos	32179058	ana.pintos@desporte.gov.br	84999455
MRE/DTS	CARLOS CUNHA	20308577	dc@itaunorty.gov.br	91249452
AVG	Márcia Celina Tullio Fogaça	(98) 32320693	marciafogaça@pds.gov.br	(98) 99777760

99777760



Presidência da República  
 Secretaria de Direitos Humanos  
 Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos  
 Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

Reunião Ordinária nº 74 - Data 26/02/2015

ENTIDADE	NOME	TELEFONE/FAX	E-MAIL	CELULAR
Sece	Maria Celeste B.V. Almeida Cavallari	(21) 2736-5223	mmaria@sece.com.br	(21) 99945-1752
ABRAZ	Valéria Costantini Bessa	(68) 3228-6025	valeria_costantini@sece.com.br	(68) 99985-2501
MPS	Emmanuel de Araújo Santos	2021-5011	emmanuel.santos@presidencia.gov.br	3297-973
MPS	Regina Vergamini Costantini	2021-5236	regina.costantini@presidencia.gov.br	9101-5754
MOAD	Luciana Gil Barbosa	61 21081478	luciana.barbosa@cidades.gov.br	61 82194658
MORHAN	VALDENORA GROS RODRIGUES			
Contag	Luciano Lucio Santos de Almeida	61 8370 3433	luciano.almeida@contag.org.br	61 83703433
Minist. Saúde	M: Cristina C.L. Hoffmann	61 33156226	cristina.hoffmann@saude.gov.br	61 84841451
MDS	Renan Alves V. Aragão	61 2030 3228	renan.aragao@mds.gov.br	8175 2042
MDS	Comilo Salvo de Lacerda Lipiano	61-2030-3038	comilo.salvo@mds.gov.br	9699-0326
CNDI	CLAUDIA AMERICANO DALL'AGNOLA			
CUDI	Valéria Spangher Rangel		valeria.spangher@sdh.gov.br	
CNDI	Ana Lucia da Silva	2027-3014	ana.lucia@sdh.gov.br	
CNDI	Simone Marie da Silva	2027-3074	simone.comenio@sdh.gov.br	9101-2575

SDH. 807. 51